

Gaiola de Ouro do Terceiro Milênio

DF - Brasília

A transformação da capital da República em praça de batalhas político-partidárias é um pesadelo que acompanha Brasília desde sua fundação. A pretexto de conferir à cidade uma maior taxa de democracia, busca-se retirar-lhe as condições mínimas de equilíbrio, dinamismo e eficiência para que continue a sediar os três poderes da República e a gigantesca máquina administrativa e burocrática do País.

Por razões mais que notórias, a capital de um país é um espaço geopolítico que exige tratamento diferenciado. Não se pode imaginá-la uma cidade qualquer, simplesmente porque não se trata de uma cidade qualquer. É subsidiada pelo restante do País, que dela se serve como de um espaço comum, de interesses convergentes. Não deve abrigar lutas políticas paroquiais pela simples razão de que, nela, devem se desenrolar tão-somente as disputas políticas de interesse geral. Não pode conviver com dualidade de poderes pela elementar circunstância de ser a sede do mais elevado dos poderes do País.

Trata-se, pois, de um espaço que exige neutralidade política, para que o debate em torno dos problemas nacionais possa fluir democraticamente, sem a interferência de questões provincianas.

Tudo isso, como é óbvio, conflita com o relatório da Comissão de Organização dos Poderes do Estado, da Assembléia Nacional Constituinte — que, curvando-se à retórica demagógica de grupos minoritários, consagrou a eleição direta no Distrito Federal para governador e Assembléia Legislativa.

Caso a Comissão de Sistematização confirme tal aberração, Brasília estará condenada, no limiar do Terceiro Milênio, a reproduzir a desastrada experiência da "Gaiola de Ouro" do Rio de Janeiro, antiga capital, nos anos 50. Entre outras distorções, a superposição administrativa, com efeitos paralisantes no desempenho da máquina burocrática; o conflito de jurisdição; a partidarização do processo administrativo; o empreguismo desenfreado; a corrupção

— numa palavra, o desgoverno.

Imagine-se um governador do Distrito Federal adversário do Presidente da República, eleito justamente por bem explorar essa animosidade. Do ponto de vista do bem-estar da população e do desempenho da máquina administrativa, uma relação de mútua desconfiança e hostilidade entre ambos será inevitavelmente desastrosa.

O Distrito Federal é, necessariamente, uma cidade de administração cara. Aqui, estão abrigados todo o Corpo Diplomático acreditado no País, os mais altos funcionários da República, os representantes do povo na Câmara e Senado, as mais altas autoridades civis e militares.

Se emancipada politicamente, Brasília simplesmente não teria como pagar suas despesas. Mais de 70 por cento do que gasta vêm dos cofres do Governo Federal. E a proposta em exame na Constituinte não apenas rompe essa relação de dependência, como simultaneamente aumenta as despesas da capital, criando uma desnecessária Assembléia Legislativa — instância representativa adequada à administração dos estados, não à de um município, muito menos de um Distrito Federal.

Num País que terá seu Presidente da República eleito pelo voto direto, Brasília será seguramente a cidade mais beneficiada pela representatividade das urnas em sua vida administrativa. Terá a zelar por seu destino a Comissão do Distrito Federal do Senado, uma bancada de deputados federais e senadores, o Presidente da República, todos os ministros de Estado, o funcionalismo público e um governador.

Mais representatividade política que isso é impraticável. Como garantir, em circunstâncias de turbulência política e social, a segurança de uma capital em que o Exército — responsável pela segurança do Presidente da República — trafega em sentido contrário às polícias militar e civil? Esse é apenas um dos mais elementares riscos de uma Brasília lotada entre os partidos, com um governador adversário do Presidente.